

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR (PRONAF):
POTENCIAL DE USO DOS NOVOS DADOS PÚBLICOS DO REGISTRO
ADMINISTRATIVO DE CRÉDITO PARA DIAGNÓSTICO, MONITORAMENTO E
ANÁLISE DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Coordenador: Dr. Ernesto Pereira Galindo, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Coordenador-Geral de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA)

Apresentadores:

M.Sc. Katiana Rodrigues da Silva, Pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Coordenadora de Monitoramento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA)

M.Sc. Joacir Rufino de Aquino, Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Dr. Vicente Correia Lima Neto, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Diretor do Departamento de Gestão da Informação, Monitoramento e Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR)

Justificativa

A agricultura familiar (AF) exerce uma grande importância produtiva em especial na ocupação no campo e na produção de alimentos. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi o primeiro programa federal específico para a agricultura familiar, criado dez anos antes da própria lei que normatiza o conceito legal desse público. O volume de crédito concedido anualmente por esse programa continua sendo o maior valor disponibilizado para as agricultoras e agricultores familiares dentre as políticas para esse público. Apenas recentemente o Banco Central do Brasil passou a liberar os microdados do Pronaf, identificados para boa parte do seu público, que tem juros equalizados pelo governo federal ou tem seus recursos diretamente por ele financiados. A restrição de acesso a esses microdados por mais de duas décadas impediu a exploração de seu potencial para diagnóstico, monitoramento, análise e avaliação da maior política produtiva da agricultura familiar. Essa seção pretende demonstrar o potencial de uso desses dados para contribuir com as políticas públicas e estudos da área. Desse modo alinha-se com o tema do congresso ao auxiliar na identificação dos desafios do desenvolvimento regional, de posse de programa tão relevante, capilarizado e financiado pelos próprios instrumentos do desenvolvimento regional como os fundos constitucionais. Ademais por estarem na base do financiamento produtivo da agricultura familiar, os microdados do Pronaf permitem o cruzamento com outras políticas e dados entendendo melhor as cadeias de valor da AF.

Resumos Expandidos:

1. Tema: Os novos dados do Pronaf: Recortes e cruzamentos dos microdados identificados do Sistema de Operações do Crédito Rural (Sicor) - Katiana Silva (MDA)

Há dois anos o Banco Central do Brasil passou a disponibilizar os microdados identificados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) por meio do banco de dados do SICOR (Sistema de Operações do Crédito Rural), com dados de 2013 aos dias de hoje, e do RECOR (Operações de Crédito Rural), com dados de 1983 a 2012, estes últimos sem a possibilidade de uma identificação tão precisa e de qualidade. Desse modo, avançou-se frente aos relatórios e matrizes mais agregados antes disponibilizados.

Essa disponibilização permitiu que fosse possível identificar a agricultora e o agropultor tomador de crédito, identificando o perfil detalhado de sua operação (gênero, faixa etária, área, linha de financiamento, produto, modelo produtivo, taxa de juros, seguro, inadimplência e mesmo a área georreferenciada para a qual pegou o crédito). Por meio da identificação é possível traçar uma trajetória evolutiva do tomador, verificando como alterou seu padrão de financiamento passando de Pronaf B para V, por exemplo, ou mesmo saindo da categoria de agricultura familiar para médio produtor.

Deste modo uma série de análise passam a ser possíveis em si e somadas ao cruzamento com outras políticas e registros administrativos, esses nem sempre públicos, se permite um diagnóstico e verificação de efetividade das políticas sem igual.

Essa apresentação se encarregará de apresentar essas possibilidades, introduzindo esse novo mundo para a pesquisa da agricultura familiar, tendo como objetivos principais:

- 1) *Detalhar o público do Pronaf;*
- 2) *Espacializar o público;*
- 3) *Apontar as possibilidade de análises.*

Conclusões

Considera-se o descortinamento de um novo horizonte nas pesquisas da agricultura familiar em sua política mais relevante.

2. Tema: Grau de cobertura e evolução do Pronaf: aprimoramentos da análise via uso dos microdados identificados - Joacir Aquino (UERN)

Os estudos sobre o Pronaf em geral contabilizam o número de contratos como unidade de observação, são mais raros estudos que tentam contabilizar de forma não duplicada o público, como o estudo de Capellesso, Cazella e Búrigo (2018), intitulado “Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física”. Nele considera-se na contagem o número de CPFs sem repetição.

A recente possibilidade de acesso público aos microdados identificados pelo site do Banco Central (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/tabelas-credito-rural-proagro>), possibilita uma atualização nessa forma de contagem, possibilitando uma análise mais precisa da cobertura da política, e com isso viabilizando uma atualização dessa cobertura para os últimos 10 anos.

Esses dados se referem a base do SICOR (Sistema de Operações do Crédito Rural), sistema de maior qualidade de dados que substituiu o RECOR (Operações de Crédito Rural) que ficou vigente por 30 anos. Esse sistema apesar de ter tido seus microdados também disponibilizados publicamente desde 1983, não inclui a identificação no mesmo nível que o SICOR e nem possui a mesma qualidade e padrão de dados.

Destaca-se que o acesso aos microdados, permite ir além do estudo anterior, detalhando mais os perfis de beneficiário em seu padrão e evolução produtivo, áreas exploradas e alterações em seus tipos de produtos financiados. Permitindo um aprofundamento e distinção maior, antes não disponíveis para o público em geral.

- 1) Atualizar a evolução do pronaf no período de 2014 a 2024 com base nos microdados identificados do SICOR*
- 2) Aprimorar as distintas características dos beneficiários para o período*

Os dados são analisados conforme a estrutura de relacionamento das tabelas do banco de microdados identificados disponibilizados pelo Bacen. Sendo cruzados e individualizados por pessoa física.

Conclusões

A evolução do acesso individualizado ao programa pode ser observada com uma alteração significativa de concentração em número e região ocorrida apenas em 2023 por motivos de mudança nos critérios da política.

3. Tema: Fundos Constitucionais como fonte do Pronaf B: capacidades e limites - Vicente Lima Neto (MDR)

Dentre as diversas fontes do Pronaf, uma essencial em especial para o Pronaf B, é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Embora do FNE seja responsável por 12% dos recursos do Pronaf em 2023, ele foi responsável por 99,5% dos recursos financiados do Pronaf B no mesmo período.

Com a possibilidade de acesso aos microdados identificados do Pronaf, por meio de site público do Banco Central do Brasil, é possível fazer uma análise mais detalhada do alcance do fundo, em especial no Pronaf B, identificando capacidade e limites, bem como perfil de beneficiário e eventuais problemas como inadimplência focalizada em públicos, territórios ou produtos.

Como objetivos diretos da análise tem-se, portanto:

- 1) *A mensuração da capilaridade do FNE no Pronaf*
- 2) *O perfil dos tomadores de crédito com fonte FNE*
- 3) *O perfil da inadimplência com uso dos recursos do FNE*

Ainda que não seja um objetivo direto, são feitos por fim alguns cruzamentos e apontamentos com bases não públicas com o CadÚnico para uma reflexão sobre perfis de público e possibilidade de ajustes nas políticas.

Conclusões

Identificação de zonas e perfis em que o FNE consegue seguir financiando via Pronaf a agricultura familiar e outras em que tem ocorrido dificuldade no pagamento do financiamento com consequente inadimplência e saída do sistema.